



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 280 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, e pela Senhora Deputada do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jennifer Nunes Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação da acta nºs 279, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do nº 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a implantação/construção da futura Escola Básica e Secundária de Anadia";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD; -----

----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD; -----

----- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----

----- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----

----- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----

----- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----

----- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD; -----

----- • João Alves Morais – GM da CDU;-----

----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD; -----

----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----
- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais do indicado Grupo Municipal (GM):-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro; -----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD – Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- Do executivo camarário não compareceram à sessão os seguintes membros:-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e oito de Fevereiro, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário do pedido de substituição apresentado pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jorge Manuel da Silva Loureiro, por se encontrar ausente do continente, solicitando, igualmente, a sua substituição por Armando Henriques Pereira, Deputado do mesmo Grupo Municipal. Informou, ainda, que não tinha sido possível contactar o Senhor Armando Henriques Pereira, por se encontrar na Venezuela.-----

----- Assim, ao abrigo do n.º 3 do Artigo 4.º do RAMA, e uma vez que o Senhor Deputado Jorge Manuel da Silva Loureiro é Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Anadia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, para a sua substituição, a Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu também a conhecer que tinha sido apresentada à Mesa uma informação de ausência do Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, não solicitando a sua substituição.-----

----- Seguidamente, deu início ao período de apreciação e votação da Acta n.º 279 (da sessão ordinária de vinte e dois de Dezembro de dois mil e dez.-----

----- Para uma intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado, relativamente à acta em discussão, constatou que da mesma não constava a declaração de voto de vencido apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, relativamente ao ponto sete da ordem do dia.-----

----- Ainda sobre a acta, e relativamente ao primeiro parágrafo da página cinquenta e seis de cinquenta e oito, adiantou que o mesmo pudesse estar deslocado, talvez por ter sido feito um copy/paste, porque nada tinha a ver com o ponto em discussão e não tinha havido qualquer discussão em relação àquilo.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também aventou a possibilidade de aquele parágrafo poderia ter ficado da acta anterior, mas não tomou qualquer decisão sem antes consultar o Senhor Deputado José Lagoa, uma vez que do parágrafo constava uma intervenção daquele Senhor Deputado.-----

----- Consultado o Senhor Deputado José Lagoa, o mesmo entendeu que o parágrafo deveria ser retirado.-----

----- Não tendo havido lugar a qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão da acta número duzentos e setenta e nove, respeitante à sessão ordinária de vinte e dois de Dezembro de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com vinte e nove votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e uma abstenção, do Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado do Grupo Municipal do PS, Tiago Coelho, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jorge Loureiro, António Rafael Timóteo e Francisco Saraiva, e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Cardoso Leal, Mónica Lousado e André Henriques.-----

----- Aprovada a acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que o Grupo Municipal do PS tinha tomado conhecimento de que a Associação Nacional de Municípios tinha enviado para o Senhor Provedor de Justiça a constitucionalidade dos Conselhos Municipais de Juventude. Nessa conformidade, disse que o Grupo Municipal do PS gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal relativamente aos mesmos, independentemente do parecer do Provedor de Justiça.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado Tiago Coelho.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal depois de cumprimentar os presentes, começou por responder à questão levantada pelo Senhor Deputado. Sobre a mesma referiu que o procedimento normal da Câmara Municipal relativamente a essas questões é tomar nota das informações prestadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, até porque é prática da Associação, antes de tomar qualquer decisão, reunir todas as Câmaras associadas.-----

----- Referiu, ainda, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no caso em particular, decidiu emitir parecer no sentido de cumprir algum tempo de espera até que o assunto seja inteiramente esclarecido, uma decisão que a Câmara Municipal de Anadia aceita perfeitamente, rematou, porque gosta de trabalhar a sério. No entanto, não deixou de comentar que tal por vezes não acontece, por ser tudo feito a correr e, no fim, nada se resolve, na medida em que são levados anos e anos a discutir problemas sem sucesso, força de constantes alterações, cujas consequências são as que se têm vindo a conhecer.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, também, que relativamente à maior parte das decisões tomadas, sobre aquelas situações que até teriam toda a lógica, como é naturalmente o conceito que faz do Conselho Municipal de Juventude, chegar-se-á a uma altura em que se discutiu meses, e até anos, e ainda não se sabe exactamente o que fazer.-----

----- A terminar, referiu que a Câmara Municipal de Anadia não tem pressa, até porque não está isolada, e continua a aguardar a comunicação de quem tem competência para decidir sobre a matéria, que é o Governo, e também dos seus parceiros, que no caso é a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do GM do PS. O Senhor Deputado perguntou, então, ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara se a Câmara Municipal assumia o compromisso de, independentemente da decisão, de ir para a frente com o órgão consultivo, que é o Conselho Municipal de Juventude.-----

----- Reforçou, ainda, que tendo em conta que um dos objectivos era a fomentação da participação dos jovens na vida pública, e que algumas Câmaras já têm os Conselhos em vigor, gostaria de saber mais concretamente, em termos políticos, o que a Câmara Municipal assume, independentemente da decisão, porquanto se está a falar de um instrumento para fomentar a participação cívica, no caso, dos jovens.-----

----- Para voltar a responder ao Senhor Deputado Tiago Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Presidente referiu que o Partido a que o Senhor Deputado pertence está representado na Câmara Municipal, pelo que o Senhor Deputado deveria questioná-lo primeiro antes de apresentar o assunto na Assembleia.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, começou por apresentar um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu Director pela cedência do Museu do Vinho Bairrada, adiantando, desde logo, que será recebido, também, um agradecimento pessoal, por escrito, do Dr. Paulo Portas, no âmbito da apresentação da sua candidatura à Presidência do Partido.-----

----- Apresentou um segundo ponto, para fazer uma chamada de atenção, no sentido de serem tomadas medidas face à falta de resposta por parte da Câmara Municipal às perguntas encaminhadas pelo Grupo Municipal do CDS-PP para o Presidente da Assembleia e que ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta.-----

----- Num terceiro ponto, passou a apresentar uma Proposta de Recomendação relativamente à "Utilização Racional de Energia", com o seguinte teor:-----

----- "Tendo em conta que em dois mil e sete a União Europeia adoptou o pacote "Energia para um mundo em mudança", comprometendo-se a reduzir as suas emissões de CO2 em vinte por cento até dois mil e vinte, em consequência do aumento de vinte por cento da eficiência energética e da quota de vinte por cento das fontes de energia renováveis no cabaz energético da União Europeia, em que as cidades e municípios são directa e indirectamente responsáveis por mais de metade das emissões de gases com efeito de estufa em consequência da utilização de energia relacionada com actividades humanas, conclui-se que as autoridades locais e regionais, que representam a administração mais próxima dos cidadãos, devem liderar as acções e dar o exemplo.-----

----- Assim,-----

----- Considerando que as questões relacionadas com a energia assumem um papel prioritário no mundo contemporâneo e em especial no momento de grave crise económica/financeira mundial;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Considerando que numa dinâmica de necessidade e procura crescentes, a produção e o consumo de energia levantam inúmeros desafios, quer ao desejado desenvolvimento económico, quer à necessária preservação ambiental;-----

----- Considerando que ao aumento do preço da energia somam-se ainda as agressões ao meio ambiente decorrentes em grande parte dos meios da sua produção, caso dos combustíveis fósseis, e que por isso importa reduzir a factura energética e preservar o meio ambiente com a consequente salvaguarda da qualidade de vida de todos nós e para cumprimento da responsabilidade intergeracional;-----

----- Considerando que em Portugal mais de sessenta e dois por cento da energia eléctrica é consumida nos edifícios onde habitamos e onde trabalhamos;-----

----- Considerando que no actual contexto nacional conseguir uma utilização mais racional da energia deverá constituir-se como um objectivo comum, cabendo a cada Município, a cada Junta de Freguesia e a cada cidadão fazer a sua parte, no que estiver ao seu alcance, para contribuir para esse objectivo nacional;-----

----- Considerando que os edifícios tutelados e explorados pela Câmara Municipal de Anadia devem, na nossa opinião, ser analisados e abrangidos por uma estratégia energética que vise a maximização da eficiência na utilização da energia e a promoção do seu uso racional, nomeadamente: o Edifício da Câmara Municipal, o Cineteatro Municipal, as Piscinas Municipais, os Pavilhões Desportivos, o Estádio e Campos Municipais, o Mercado Municipal, a Biblioteca Municipal, o Museu do Vinho da Bairrada;-----

----- Considerando que é necessário alertar para as questões da eficiência energética e do uso racional da energia na iluminação pública, nomeadamente para a situação da Póvoa do Pereiro, em que o Largo Sá Carneiro não tem qualquer tipo de iluminação, mas ao mesmo tempo encontramos, também na Póvoa do Pereiro, um loteamento chamado dos "Seabras" sem qualquer tipo de habitação e já há anos com iluminação pública.-----

----- A Assembleia de Anadia, por iniciativa do CDS/PP - Partido Popular, propõe:-----

----- Que o Executivo da Câmara Municipal de Anadia aprove e promova a implementação de medidas que visem uma utilização mais racional da energia na iluminação pública e nas suas instalações, nomeadamente através da instalação de lâmpadas de baixo consumo e da realização de acções de sensibilização dirigidas a colaboradores e funcionários, ou até a munícipes interessados, para as práticas no local de trabalho, que visem a poupança de energia;-----

----- Avaliar a possibilidade de implementar sistemas fotovoltaicos para a produção de energia eléctrica, conseguindo desse modo uma redução substancial na factura mensal da electricidade;-----

----- Avaliar a compra de viaturas eléctricas e/ou a criação de espaços reservados para futuras infra-estruturas de carregamento de veículos eléctricos, bem como a criação de estacionamento gratuitos para veículos eléctricos."-----

----- Passando a entrar num quarto ponto, o Senhor Deputado Municipal, João Tiago Castelo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Branco, apresentou uma Pergunta/Requerimento, sobre a falta de água canalizada potável no Amieiro, no Corgo e em Ferreirinhos, com o seguinte teor:-----

----- "O problema já se arrasta há quase uma dezena de anos, é sabido que a Câmara não se candidatou a qualquer tipo de financiamento europeu, directa ou indirectamente, ao que sabemos, pelo que urge perguntar ao Presidente da Câmara para quando água canalizada potável no Amieiro, Corgo e Ferreirinhos.-----

----- Estamos a falar de mais de uma centena de pessoas, muitas delas idosas e sem qualquer tipo de abastecimento privado.-----

----- Na revista C, na página trinta e seis, vem um artigo com o nome "Anadia - Cântaro ainda vai à fonte", onde o Presidente da Câmara diz, e passo a citar: "está a colaborar com a população para fazer chegar a água" e "todos sabem que não é para abastecimento público" a água do chafariz, "apenas para rega".-----

----- Por outro lado, vêm declarações de dois Presidentes de Junta que consideramos preocupantes, senão vejamos:-----

----- O Presidente da Junta de Freguesia da Moita, a que pertence a aldeia do Amieiro, vem dizer, e passo a citar: "Estamos à espera do orçamento para fazer o furo, para fornecer toda a aldeia com água potável. A obra já foi a concurso público. Aguardamos o resultado."-----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, a que pertence a aldeia do Corgo e Ferreirinhos, vem dizer, e passo a citar: "As duas aldeias estão a ser abastecidas através de reservatórios de água, provenientes de nascentes. Esta água não é controlada. É nossa intenção resolver este problema com a ajuda da Câmara."-----

----- Sabendo que os furos não vão a concurso público e que a água não é controlada e que há pessoas que não têm outra possibilidade que não seja utilizarem para consumo essa mesma água, pondo em risco a sua saúde, o Grupo Municipal do CDS/PP – Partido Popular de Anadia pergunta ao Executivo:-----

----- Que medidas estão a ser tomadas para a resolução urgente desta situação?"-----

----- Terminado o tempo de intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa, solicitou ao Senhor Deputado para o seu Grupo Municipal ter o cuidado de informar a Mesa, por escrito, sobre quais os documentos que entendia que a Câmara Municipal ainda não tinha dado resposta, porque, na realidade, o Senhor Deputado estava a pôr em causa a honestidade da Mesa ou da Câmara Municipal.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse apenas que cedia algum do seu tempo para o Senhor Deputado poder concluir a sua intervenção, porquanto as questões que tinham sido apresentadas não tinham resposta.-----

----- Referiu, ainda, a terminar, que o Senhor Deputado deveria dialogar com os Presidentes de Junta, de que falou, até porque o Presidente da Câmara não tinha assumido qualquer compromisso com o Grupo Municipal do CDS. Sobre a preocupação demonstrada pelo Grupo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal em tentar saber o que não estava feito, o Senhor Presidente da Câmara adiantou que o Grupo teria muito que procurar, porque a Câmara está empenhada em fazer e não em discutir, por considerar que discutir é perder tempo.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado começou por referir que tinha chegado ao seu conhecimento uma exposição feita pelos moradores do Bairro Manuel José, mais conhecido por Bairro do Carvoeiro, sobre o estado em que se encontra o Bairro. Resultado de uma visita que efectuou ao Bairro, constatou que a situação não é muito agradável, existindo, inclusivamente, num pequeno largo, uma laje num poço que está toda partida, logo, extremamente perigosa, principalmente por se tratar do único espaço que as crianças têm para brincar.-----

----- Entretanto, falou que os moradores, no documento entregue na Câmara e assinado por vinte e poucas pessoas, reclamavam a existência de alguns problemas, que tinham a ver, nomeadamente, com o estacionamento e com a falta de sinalização na entrada e saída do Bairro, algo que, em sua opinião, lhe parece relativamente simples de resolver. Sobre essa matéria, acrescentou, ainda, que a situação poderia gerar algum problema, e eventualmente, até, um conflito com as companhias de seguros, na medida em que, numa situação de acidente, envolvendo alguém que venha da Moita para Anadia e alguém que se encontre a sair do Bairro do Carvoeiro, quem sai do Bairro do Carvoeiro apresenta-se pela direita.-----

----- A concluir, referiu que tratando-se de situações de tão pequena dimensão, eventualmente, o Senhor Presidente poderia ter um pouco de atenção com aquele pequeno Bairro, que se encontra meio escondido dentro da Cidade e que poderia ter algum apoio da Câmara.-----

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado começou por lembrar que tinha sido o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na última sessão, a informar o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de que tinha remetido os documentos para a Câmara Municipal, mas que a Câmara Municipal ainda não tinha respondido e acrescentou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sabia bem que era relativamente ao PDM.-----

----- Adiantou, ainda, que já por duas vezes o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tinha pedido as actas da comissão que está a tratar do PDM, e que tinha inclusivamente feito um requerimento à Câmara Municipal, sem que até à data tivesse obtido qualquer resposta.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que poderia ter dito que os Senhores Deputados tivessem entregue os requerimentos, mas que não era da sua competência dizer que a Câmara Municipal ainda não tinha respondido, mas tão só que os tinha entregue à Câmara Municipal. A partir daí, reforçou, não se poderia imiscuir no trabalho do Senhor Presidente da Câmara ou dos Senhores Vereadores.-----

----- Assim, reiterou o que tinha dito anteriormente ao Senhor Deputado, e disse que agradecia, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que o Grupo Municipal do CDS-Partido



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Popular entregasse os documentos que entendia ainda não terem sido respondidos, no sentido de diligenciar junto do Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto, voltando a destacar que mais do que isso, não tinha dito, de certeza absoluta, nem poderia dizer.-----

----- Tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedido novamente a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Deputado, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se disponibilizou a ceder-lhe algum do seu tempo, pediu, então, um minuto do tempo do Senhor Presidente da Câmara Municipal para colocar mais uma questão, pedido que foi prontamente aceite pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Assim, o Senhor Deputado, depois de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, passou a apresentar uma Pergunta/Requerimento, dirigida à Câmara Municipal, relativamente ao Canil Municipal ou Intermunicipal e a posição da Câmara face a situações de ataques por matilhas de cães, com o seguinte teor:-----

----- "O problema já se arrasta há vários anos e ainda muito pouco se sabe sobre a construção do canil municipal ou intermunicipal, pelo que urge perguntar ao Presidente da Câmara para quando e onde o canil municipal.-----

----- Uma coisa é certa, vêm a público, através dos meios de comunicação social e também através de requerimentos apresentados na Câmara Municipal, como o Senhor Presidente da Câmara bem sabe, relatos de situações alarmantes de ataques de matilhas de cães, não só a pessoas, mas também a explorações pecuárias e familiares, onde inclusivamente, neste último caso, foram juntas fotografias e um relatório do médico veterinário da Câmara, dando conta do ataque por animais.-----

----- Face à interpelação do munícipe, a Câmara Municipal respondeu que o requerimento não está devidamente fundamentado, nem está provada a ocorrência.-----

----- Com o devido respeito, o que a Câmara pode dizer é que não aceita os fundamentos, pois a ocorrência está inclusivamente provada e fundamentada pelo relatório do veterinário da Câmara, pelos documentos juntos e pelas fotografias juntas.-----

----- Sabendo, por ser do conhecimento público, que estas situações aconteceram e, se nada for feito, continuarão a acontecer.-----

----- Considerando que os animais, como cães, gatos, etc., numa sociedade desenvolvida, devem ser protegidos.-----

----- Considerando que as pessoas e os seus bens também devem ser protegidos.-----

----- O Grupo Municipal do CDS/PP – Partido Popular de Anadia pergunta ao Executivo Municipal:-----

----- Que medidas estão a ser tomadas para a resolução urgente desta situação?"-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por concordar com o facto de que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os animais têm o direito à vida, no entanto, referiu que, no caso, a lei do mais forte imperou. Acrescentou, ainda, que alguém não terá guardado bem as instalações pecuárias, cuja legalidade muitas vezes é questionada, pelo que, se não tem condições de defesa, naturalmente que a culpa é dos seus proprietários, nunca dos animais.-----

----- Ainda sobre a forma como o Grupo Municipal do CDS responderia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não deixou de comentar que não lhe competia responder a esta situação, mas sim à Câmara Municipal, sendo que esta entendeu que respondeu bem e o assunto estava arrumado. E, comentou também, que quando fossem pedidas explicações ao Senhor Deputado e se o Senhor Deputado tivesse a capacidade de fazer vingar as suas explicações, com certeza que nessa altura os munícipes seriam melhor atendidos.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.--

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, e no seguimento da confirmação do encerramento de três unidades de saúde no concelho, interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se teria conhecimento de alguma movimentação a nível da Administração Regional de Saúde do Centro, por intermédio do Senhor Dr. Pimentel, relativamente a novas alterações a levar a efeito, a curto prazo, na área da saúde no concelho. Isso por o Grupo Municipal da CDU considerar, como explicou, que o ambiente que permanece nas unidades que foram criadas não é satisfatório ao serviço da população. Como tal, voltou a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha algum conhecimento respeitante à área da saúde, uma vez que se tinha confirmado o que o Grupo Municipal da CDU sempre vinha dizendo, apesar de ter sido acusado de mentir à população.-----

----- Perguntou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando previa a aprovação do PDM, uma vez que o processo já decorria há longos anos e que o Senhor Presidente tinha dito que estaria para breve.-----

----- Relativamente à notícia recentemente publicada na comunicação social, quanto à aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal para saneamento, em alguns milhões de euros, o Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se na realidade tal contemplaria todo o concelho, porque em Sangalhos, apesar de o saneamento já funcionar há quase quinze anos, existem ainda bastantes parcelas por concluir.-----

----- A terminar, pediu também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a questão da selecção e a recolha de lamas da ETAR de Sangalhos. Recordando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em tempos, lhe tinha afirmado, em plenário, que as lamas da ETAR de Sangalhos eram recolhidas, constatou, de acordo com as afirmações que o Senhor Presidente tinha feito na comunicação social, que o Senhor Presidente tinha vindo afinal dizer que ia ser feita a selecção e a recolha de lamas da ETAR de Sangalhos, o que até então não acontecia, porque ia tudo para o Rio Cértima, concluiu. Portanto, como até então não havia sequer selecção e recolha de lamas da ETAR, pediu ao Senhor Presidente um esclarecimento sobre o assunto.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão relacionada com a área da saúde. Sobre a matéria, então, disse que o Senhor Deputado deveria dirigir as suas questões à tutela, nomeadamente ao Ministério da Saúde, e até ao Senhor Dr. Pimentel, até porque estariam com certeza ao alcance do Senhor Deputado, assim como estão do Presidente da Câmara. Acrescentou, ainda, que o Senhor Deputado lhes deveria perguntar o que pretendem fazer, porque a Câmara, desde que aconteceram as movimentações em defesa do Hospital de Anadia, nunca foi contactada para o que quer que fosse, nem sequer foi convocada para a reunião havida, por especial deferência da Câmara, no Edifício dos Paços do Concelho, entre as entidades responsáveis e os Presidentes de Junta de Freguesia.-----

----- A encerrar a questão da saúde, referiu que a Câmara Municipal só assume a responsabilidade das matérias que lhe compete assumir, não tendo deixado, no entanto, de lamentar a possibilidade de a situação vir a piorar, mas reforçando que essa responsabilidade a Câmara Municipal de Anadia não assumirá.-----

----- Sobre o processo de revisão do PDM, falou que o mesmo é o espelho do País adiado em que vivem e aproveitou para perguntar ao Senhor Deputado, dos PDM's aprovados há quinze anos, quantos tinham sido revistos. Referindo, em jeito de comentário, que se fosse o Partido Comunista a gerir o País, talvez o assunto fosse resolvido com maior celeridade, constatou, no entanto, que o processo de revisão do PDM de Anadia se encontra a aguardar a decisão das entidades competentes, que concluiu não terem grande pressa para o fazer, nem os próprios Técnicos sofrerem grandes pressões para tal, apesar das leis rigorosas que têm de cumprir.-----

----- Como tal, apelou ao Senhor Deputado para, no caso de pretender apresentar qualquer queixa, o fazer, não directamente à Câmara Municipal, mas antes através dela, no sentido de o Presidente da Câmara ser condutor da mensagem, porque, como adiantou, não tinha solução para tal e, para mais, o PDM estava realmente todo resolvido.-----

----- A terminar, disse que o Senhor Deputado, querendo, poderia ir ao serviço responsável procurar saber da situação do processo de revisão do PDM, que claramente lhe seria dito nada estar em falta. Não obstante, ressaltou o facto de as entidades responsáveis poderem não partilhar desse entendimento e, então, perguntou ao Senhor Deputado se ele não faria o mesmo que ele, se estivesse no seu lugar, continuar a lutar para encontrar tudo o que as entidades pudessem dizer estar em falta.-----

----- Passando a falar da questão do saneamento, começou por informar que a Câmara Municipal tinha visto a sua candidatura recentemente aprovada, com um relatório altamente positivo, tendo dez dias para assinatura do contrato, depois da aprovação.-----

----- Relativamente a esse assunto, esclareceu que a candidatura da Câmara Municipal foi aprovada com uma percentagem inicial de setenta por cento a fundo perdido, que já tinha evoluído para oitenta por cento e que, num curto prazo, esperava atingir, pelo menos parte, em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oitenta e cinco por cento. Referiu-se, assim, ao que disse tratar-se de uma vitória de todos aqueles que acreditam que o Poder Local é individualizado, autónomo, com capacidade para produzir, para sustentar, também têm uma palavra a dizer. E disse não haver igualmente palavras para comentar o facto de a Câmara Municipal de Anadia ter sido o único Município a não aderir à CIRA, no sentido de vender o seu património às Águas de Portugal, com os benefícios que tal decisão representa para Anadia, nomeadamente ao nível do valor de taxas fixas que são praticadas relativamente a determinados Municípios que fazem parte daquela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.-----

----- Tendo dado alguns exemplos da disparidade do valor nas taxas praticadas, destacou, em particular, o caso da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga que cortou os contratos celebrados com a ADRA (Águas da Região de Aveiro), precisamente pelo elevado montante que pagava de fornecimento de água para o edifício da sede de Freguesia e para o Cemitério. Aproveitou, assim, para referir não ver muita razão para as Autarquias terem de cortar com um serviço, quando as Câmaras Municipais a que elas estão adstritas receberam milhares de euros por um produto que agora lhes faz falta, por o terem vendido. Ao menos, concluiu, que fossem atribuídas verbas às Juntas de Freguesia para estas poderem pagar as águas que entretanto a Câmara Municipal não lhes pode fornecer.-----

----- Continuando, constatou uma verdade incontestável e regozijou-se com o facto de a Câmara Municipal de Anadia ser proprietária das águas, ter todos os sistemas na Câmara, e todos terem sustentabilidade, a tal ponto que viu aprovada a candidatura de onze milhões de euros.-----

----- Relativamente à situação de Sangalhos, apresentada pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal passa, também, a ter respostas para aqueles pequenos problemas, apesar de por vezes as pessoas não quererem ligar o saneamento, mas quererem antes que a Câmara lhes resolva os problemas. Esclareceu, ainda, que a Câmara Municipal resolve os problemas dos munícipes, de igual forma, pelo que, não conhecendo a existência de tantos problemas assim em Sangalhos, adiantou que o Senhor Deputado deveria estar a referir-se a algum de forma especial, pelo que lhe reforçou que o mesmo teria um tratamento precisamente igual a todos os cidadãos de Sangalhos.-----

----- Por último, e referindo-se à questão da ETAR de Sangalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que lhe parecia que o Senhor Deputado estaria a insinuar que tinha mentido. Portanto, e para esclarecer o Senhor Deputado, explicou que a ETAR em Sangalhos, ainda em funcionamento, está legal e a fazer, não o tratamento das lamas, como o Senhor Deputado tinha dito, mas a secagem das lamas.-----

----- E explicou, ainda, que o que a candidatura recentemente aprovada prevê é o tratamento dessas lamas, no sentido de obter riqueza energética, ou agrícola, dependendo muito da procura. Como tal, constatou ser algo totalmente diferente, o que queria dizer que não tinha mentido na altura, nem estava a mentir. Assim, concluiu tratar-se de um tratamento muito mais sofisticado, dado que só para a ETAR estava prevista uma despesa elegível de cerca de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

três milhões de euros, pelo que destacou a importância de as pessoas saberem distinguir que o que lá vai ser feito não é exactamente igual ao que a Câmara Municipal tem.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não tendo indicação de qualquer outro pedido de intervenção por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, assim, por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Prontamente, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”*.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por destacar que a Câmara Municipal de Anadia, pela boa saúde financeira de que goza, ainda vai fazendo obra, apesar dos cortes graduais que o Governo vem fazendo nas transferências para as Autarquias.-----

----- Destacou, também, o facto de a Câmara Municipal realizar grandes obras, que também eram indicadas no documento, e que a Autarquia vinha tendo a sorte de ver financiadas por parte dos fundos europeus, mas adiantou que o que mais preenchia o documento em apreciação era o número de obras por administração directa. Nesse âmbito, adiantou, igualmente, que gostaria de poder continuar a dar resposta a pequenas obras e que esperava, que tudo corresse pelo melhor, num futuro próximo, por forma a melhorar toda a informação constante daquele documento.-----

----- Não deixou, contudo, de reconhecer que nem tudo era realizado e que havia muitas obras que gostariam de ver feitas. No entanto, destacou a existência de algumas limitações, nomeadamente a nível financeiro e, também, a nível da contratação de pessoas e pequenas empresas que normalmente davam resposta a pequenas obras, como a construção de um aqueduto, a um pequeno aumento de pavimentação, a um passeio, etc., mas que, por imposição legal, têm de ser realizadas por pessoas colectivas com alvará específico.-----

----- Ainda sobre as dificuldades com que a Câmara Municipal se depara em termos de pequenas obras, referiu que algo terá de ser feito nesse sentido, para que também os pequenos empreiteiros, os pequenos fornecedores, possam participar na actividade da Câmara e centralizar a sua actividade no concelho, de forma a que fique no Município muito do dinheiro que ele felizmente coloca à disposição das pessoas que ele vai contratando.-----

----- A concluir, referiu que, em sua opinião, a actividade da Câmara Municipal, apesar de tudo, não sendo brilhante, como tem sido noutros tempos, ainda continua a dar resposta ao essencial das necessidades deste Município.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção na sessão, começou por informar que iria questionar o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara sobre algumas das actividades que estavam inscritas no documento em apreciação, com o intuito de ser mais pormenorizadamente esclarecido sobre o que constava da informação disponibilizada a todos os Senhores Deputados. Acrescentou, ainda, que não o tinha feito no período de antes da ordem do dia por ter percebido, pela resposta que tinha sido dada ao seu colega Tiago Coelho, que o Senhor Presidente só respondia às questões da competência e que estavam delineadas pela própria Câmara.-----

----- Sobre a intervenção e consequente resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal ao seu colega Tiago Coelho, o Senhor Deputado Rui Marinha comentou não ser sua pretensão, de modo algum, entender a resposta como de mau gosto, por não gostar de qualificar as coisas dessa forma e por considerar que as respostas devem, por si só, corresponder ao que é apresentado. E, no caso em particular, o seu colega Tiago Coelho colocou uma questão muito concreta à qual, em sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara não respondeu por não fazer parte da sua actividade enquanto Presidente de Câmara, ou enquanto representante da Câmara Municipal.-----

----- Passando concretamente às questões sobre a actividade da Câmara Municipal, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar por que motivo foca no relatório que fez a ampliação da Escola do Chãozinho, em Amoreira da Gândara, e para esclarecer, mais concretamente, que tipo de ampliação já tinha feito e que pretende continuar a fazer. Isso, explicou, por considerar que responde a uma promessa feita aquando da aprovação da Carta Educativa, relativamente às pessoas de Amoreira da Gândara e, portanto, gostaria de ser informado, mais pormenorizadamente, sobre o que fez e o que pretende fazer.-----

----- A segunda questão que disse que tinha para colocar, e que também estava relacionada com algo que era referido no relatório, prendia-se com a manutenção das Estações de Tratamento de Águas residuais existentes no concelho. Sobre essa matéria, perguntou, relativamente à ETAR de Mogofores, o que estava a ser feito e o que estava previsto no sentido de continuar a sua desactivação, de modo a não prejudicar as pessoas e as populações.-----

----- A terceira questão colocada tinha a ver com o apoio que a Câmara Municipal estaria a prestar para a elaboração dos Censos. Sobre o mesmo, perguntou para quando estaria previsto começarem os Censos e qual seria especificamente o tipo de apoio a prestar pela Câmara Municipal.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Marinha, começou por dizer que lhe parecia que o Senhor Deputado estaria a dar a oportunidade ao seu colega para ter algum suporte para reclamar, mas adiantou-lhe que deveria falar do que tinha a falar em termos do seu Grupo Municipal e não estar a lamentar-se da falta de resposta.-----

----- Entretanto, disse que iria responder às suas perguntas, que eram colocadas de forma mais objectiva, mas nunca com respostas de mau gosto, porque essa não era a sua regra.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sobre a questão da Escola do Chãozinho, e a relação que estabeleceu com a Carta Educativa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por comentar que se havia alguém que não respeitava a Carta Educativa era o PS, que se preparava para anular mais seiscentas e tal escolas. Adiantou, ainda, que a Câmara Municipal ainda não tinha sido impedida de gerir aquilo que o Estado tem obrigação de gerir. Mas, acrescentou, a diferença é que a Câmara Municipal é responsável pelo parque escolar, por sinal, das obras que são menos comparticipadas pelos fundos comunitários (ao contrário do saneamento). Para as escolas a comparticipação é de oitenta por cento do número de salas de aula, que não inclui salas de apoio, laboratórios, refeitórios, que têm de ser suportados pela Câmara Municipal, rematou.-----

----- Portanto, reforçou que a Câmara de Anadia não era impedida de gerir em substituição do Estado. No entanto, e reconhecendo a necessidade de agir em Amoreira da Gândara, por a escola estar a funcionar no Centro Social, com todas as limitações e as dificuldades de pessoas e de instalações, disse que o Partido Socialista, a ser contra, deveria declarar rapidamente essa sua posição para que as pessoas de Amoreira pudessem saber o que se estava a passar.-----

----- Declarou, entretanto, que conforme tinha prometido na campanha eleitoral encontrar uma solução para Amoreira da Gândara, estava a cumprir a sua promessa e estava, também, a cumprir uma obrigação: levar a efeito uma ampliação, cujo resultado final será um mini Centro Escolar, que dará resposta, não só à escola que funciona no Centro Social, como à que funcionava na Relvada.-----

----- Informou, entretanto, o Senhor Deputado de que a obra estava adjudicada e iria ser paga com o orçamento da própria Câmara Municipal, sem apoio comunitário, aliás, como vinha sendo feito em todas as ampliações de Escolas, porque tudo o que sejam verbas inferiores a duzentos e cinquenta mil euros, não há grande receptividade para que as mesmas sejam enquadradas no apoio a conceder pelos fundos comunitários.-----

----- Esclareceu, ainda, o Senhor Deputado que a pretensão da Câmara Municipal é criar condições mínimas de aprendizagem e de bem-estar aos alunos de Amoreira da Gândara, não podendo ser imputadas responsabilidades à Autarquia, se, num futuro próximo, acabarem com a escola de Amoreira da Gândara, mas antes a um partido que insiste em acabar com todas as escolas, contribuindo, assim, para a desertificação do concelho de Anadia, a exemplo do que já tem sido feito em muitos lados.-----

----- Quanto à ETAR de Mogofores, informou que, felizmente, nada estava a ser feito, porque, entretanto, no âmbito do aproveitamento total das melhores ETAR's do País que estava a ser posto em prática. Nesse âmbito, então, esclareceu que, por um lado poderiam conseguir tratar os efluentes com aproveitamento, quer para a agricultura, quer para a energia, com uma vantagem muito específica, a de as águas do concelho serem devidamente tratadas e permanecerem no concelho, principalmente numa altura em que a água é uma prioridade e em que é aventada a possibilidade de as populações terem de começar a beber água salgada.-----

----- Reforçou, assim, que essa era uma responsabilidade que a Câmara Municipal queria assumir, dar um tratamento de qualidade aos seus efluentes e, portanto, pôr em prática aquele



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande projecto de saneamento que foi devidamente programado e sobre o qual acabaram por acusar o Presidente da Câmara, criticando-o pelo facto de ter as estradas em mau estado e não as arranjar. Sobre essa questão, adiantou que a verba que tinha programada para a reparação dessas estradas, que agora irá esventrar com o saneamento, e que não era tão pouca assim (cerca de seis milhões de euros), vai ser aplicada nas estradas que estão realmente em más condições.-----

----- A terminar, não deixou de refutar a acusação que tinha sido feita pelo Grupo Socialista de que a Câmara governava tipo navegação à vista, acrescentando que os Deputados daquele Grupo Municipal ainda iriam dizer que se tratava de uma programação devidamente organizada.-----

----- Sobre os Censos, e a finalizar a resposta à intervenção do Senhor deputado Rui Marinha, informou que a Câmara Municipal estava a assumir a sua responsabilidade, aliás, decorrente da própria lei, e que ainda na última reunião do Executivo tinha sido aberta uma conta, precisamente para o correcto funcionamento dos Censos, de acordo com a verdadeira atribuição da Câmara Municipal.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que tinha feito perguntas concretas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ele tinha aproveitado para discursar, como era seu hábito, lançando algumas "farpas" e dizendo, inclusivamente, que o Partido Socialista não queria a Escola em Amoreira da Gândara.-----

----- Entretanto, disse que tinha feito perguntas concretas, designadamente: o que o Senhor Presidente da Câmara ia fazer em Amoreira da Gândara, ao que o Senhor Presidente lhe tinha respondido que o Partido Socialista era contra a educação em Amoreira da Gândara; o que o Senhor Presidente da Câmara ia fazer à ETAR de Mogofores, tendo o Senhor Presidente respondido com evasivas, não respondendo absolutamente nada em concreto. Sobre a questão dos Censos, constatou que o Senhor Presidente da Câmara tinha tentado responder algo sobre a matéria, mas, provavelmente, terá também ficado pelas meias palavras.-----

----- Pelo exposto, disse que agradecia que o Senhor Presidente da Câmara fosse objectivo nas suas respostas e que lhe dissesse, de facto, o que tinha previsto ou ia fazer em Amoreira da Gândara e na ETAR de Mogofores.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, quanto ao projecto de Amoreira da Gândara, disse que o Senhor Deputado o poderia consultar nos serviços municipais, ou, se assim quisesse, poder-se-ia apresentar no local e ver a evolução de uma obra, de uma escola que Amoreira necessita e a que tem direito.-----

----- Quanto às ETAR's, esclareceu, uma vez mais, que a Câmara Municipal iria acabar com a ETAR de Mogofores. Aliás, referiu que a mesma já se encontra encerrada, encontrando-se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas por resolver o problema dos resíduos que lá se encontram há muitos anos, uma tarefa que o próprio Presidente da Câmara já declarou publicamente que não será de fácil execução, tendo em conta toda a reciclagem daquele produto, de muitos anos. Sobre essa questão, disse que era necessário as pessoas tomarem consciência de toda a dificuldade que reveste uma situação daquelas, na medida em que a Câmara Municipal terá de proceder à reciclagem com muito cuidado, sob pena de ser ali criado um problema ambiental, na medida em que terá de mexer, sem saber no que vai mexer.-----

----- Reforçou, ainda, tratar-se de uma ETAR instalada naquele local há bastante tempo, com resíduos acumulados de vários anos, que não constitui uma tarefa nada fácil de executar, até porque não têm sido desmontadas como aquela, mas antes neutralizadas, ou anuladas. E, a terminar, deu o exemplo das velhas lixeiras, que depois de muita discussão sobre o destino a ser-lhes dado, só foram resolvidas quando o Ministério do Ambiente decidiu, e bem, tomar conta da situação, elaborando um projecto, que ainda hoje é monitorizado pelo Ministério do Ambiente.-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por ler a parte do relatório de actividades, onde nas últimas linhas era dito: "(...) dando cumprimento à disposição legal, junto se envia a relação de processos judiciais pendentes (...)". Analisando a relação de processos judiciais pendentes, disse que os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular podiam constatar que na folha dois, do número doze constava um processo, que era o número quatrocentos e cinco barra zero seis ponto três BEVIS – Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu – Vale Salgueiro, autor QUERCUS, Fernando Afonso de Mello Giraldes Sampaio Pereira de Figueiredo e outros.-----

----- Continuando, referiu que pelo que lhes tinha sido dado a conhecer, a sentença já tinha transitado em julgado, portanto, não havia ali nenhum processo pendente. O que existia, certamente, era a decisão dessa mesma sentença que estava dividida em quatro pontos, que passou a identificar:-----

----- O Município de Anadia foi condenado a abster-se de realizar qualquer intervenção na zona intervencionada devidamente identificada – Vale Salgueiro – nos presentes autos, e a interromper a intervenção que vinha a realizar até catorze de Dezembro de dois mil e cinco, porque violadora do Regime Legal da REN, da Lei da Água, do Regime de Extracção de Inertes e do Regime Jurídico da realização de aterros sanitários, entre a outra legislação supra-identificada no âmbito do Direito do ambiente, caso persista a integração em zona de REN;-----

----- No ponto dois da decisão, a promover a completa limpeza daquela área, caso ainda não esteja;-----

----- No ponto três da decisão, a retirar todo o entulho que ali enterrou em área de REN e a proceder a todos os trabalhos necessários à correcta drenagem daqueles terrenos;-----

----- No ponto quatro, a custear todas as despesas supra-referidas.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Constatado aquele facto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que estava a ser feito naquela área, se já tinha sido feito, se ia ou não ser feito.-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Muito simplesmente, o Senhor da Câmara Municipal disse que se o Tribunal mandou a Câmara fazer, ou estava feito, ou iria ser feito.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenção no ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se seria necessário vir mau tempo para a estrada do Casal, entre Sangalhos e Avelãs de Caminho, ter reparação, porquanto a mesma oferece imenso perigo para quem nela transita. Recordou, entretanto, que na última sessão tinha chamado a atenção do Senhor Presidente precisamente sobre aquele mesmo local, onde tinha ocorrido um acidente, do qual, por acaso, não tinham resultado vítimas, porque o carro envolvido tinha ficado seguro nas árvores que se encontravam na ribanceira. Portanto, chamou uma vez mais a atenção da Câmara, e em especial do Senhor Presidente, para o facto de não bastar a remoção das terras, mas para a necessidade de tomar medidas.-----

----- Continuando, e com o aproximar de uma nova época turística, com a abertura das termas do concelho, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o roteiro turístico já incluía aquele pedido que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito ao Senhor Secretário de Estado do Turismo, e ao representante da Direcção Regional de Turismo do Centro, na inauguração da Rota da Bairrada, para que um dos comboios rápidos parasse, de manhã e à noite, na estação da Curia.-----

----- Solicitou, assim, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para reforçar o pedido junto dos responsáveis do Governo e da Direcção Regional de Turismo para não se esquecerem de Anadia, uma vez que, actualmente, com o Velódromo Nacional, que é utilizado por pessoas de vários pontos do País, se torna mais necessária a paragem dos comboios.-----

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal vai estando atenta aos desenvolvimentos na estrada do Casal. Todavia, referiu que pelas características do terreno circundante, os desabamentos irão continuar, porque a falta de arborização, a desmatção, tornam aquelas barreiras mais débeis. Portanto, acrescentou que o que havia a fazer era retirar as terras e ir sinalizando para, na altura do Verão, estarem as terras retiradas em ordem a possibilitar uma reposição do pavimento e, eventualmente, criar algumas barreiras de suporte, metálicas, até, para evitar situações eventualmente perigosas para os utentes.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sobre a paragem dos comboios, disse que ninguém lutava mais por isso do que ele próprio, mas reconheceu não ter conseguido nada de positivo.-----

----- Quanto ao Velódromo de Sangalhos, concordou tratar-se, efectivamente, de uma instalação que está a crescer no dia-a-dia e para a qual se torna necessária uma acessibilidade mais adequada. Apesar de reconhecer que o próprio comboio também poderia servir, não deixou de salvaguardar o facto de se tratar de algo que ultrapassava a Câmara Municipal. Destacou, entretanto, a luta que a Autarquia vem promovendo por uma acessibilidade directa, que foi prometida pelo Secretário de Estado dos Transportes e que se encontra a estudar o problema. Assim, declarou que têm esperança que o problema venha a ser resolvido, mas, de qualquer modo, esclareceu tratar-se de situações com que se vão deparando no dia-a-dia e com as quais se preocupam enquanto não as resolverem.-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia sobre a implantação/construção da futura Escola Básica e Secundária de Anadia”*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente começou por constatar tratar-se de um assunto do conhecimento geral, quer pela apresentação pública do projecto, quer pelas notícias que vinham sendo veiculadas através da comunicação social. Não obstante, passou a explicar melhor o assunto, começando por dizer que uma das condições exigidas pelo Estado para a instalação da escola era que fosse encontrado um espaço adequado para o efeito e como, felizmente, a Câmara Municipal tem muitos espaços que dariam para o desenvolvimento dessa escola, a Parque Escolar entendeu que o espaço junto às Piscinas e ao Pavilhão de Desportos seria o melhor, não tendo a Câmara nada a opor, até porque o espaço também se encontra devoluto.-----

----- Continuando, referiu que tinha ficado acordado que o Estado teria, ou de pagar o terreno à Câmara Municipal, ou de dar algo em troca, de entre as muitas opções que tem no concelho de Anadia, como aquela zona onde se encontram instaladas as actuais escolas, a zona da Estação Vitivinícola, que ainda não é toda da Câmara, a própria estação Vitivinícola, por trás daqueles prédios e também ao lado do quartel da GNR.-----

----- Para tal, disse que se revelava como essencial levar a efeito uma séria negociação com o Estado e, como todos sabiam que uma negociação com o Estado é morosa e implica o cumprimento de uma série de diligências que não são compatíveis com os prazos para construção da escola, desde a convocação do Executivo e posteriormente da Assembleia, e, mais importante ainda, para não correr o risco de verem perdidos os fundos, então, de acordo com aquilo que tinha tratado junto do Património do Estado, era necessário resolver o problema do terreno. E, para tal, apresentavam-se duas formas de resolução: ou vender, com avaliação adequada, feita por avaliadores independentes; ou permutar, também depois de uma avaliação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de entidades idóneas, preparadas para o efeito, não ao belo prazer do Estado ou da Câmara. Mas, também para alcançar qualquer uma dessas formas de resolução, destacou como necessária alguma autonomia concedida a alguém, a uma pessoa delegada pela Câmara Municipal, ou ao próprio Presidente da Câmara, pelo que resolveu, ele próprio, assumir essa responsabilidade e submeter essa autorização ao Executivo, que foi favorável e essa situação e, entretanto, à Assembleia Municipal.-----

----- Assim, esclareceu que o que propunha não era mais do que solicitar à Assembleia Municipal para dar competências ao Presidente da Câmara para fazer a negociação, promover as avaliações, enfim, discutir, com a certeza de que ele iria informando a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal dos desenvolvimentos da negociação, por se tratar de uma decisão que pode ser altamente favorável para as duas partes, quer para o Estado, quer para a Câmara. Concluiu, ainda, que tal seria uma forma de o Presidente, junto da Parque Escolar, junto da Direcção Regional de Educação, junto do próprio Património do Estado, ter presente e actuante, sempre, um representante do Município.-----

----- Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado passou a apresentar duas questões muito objectivas. Primeira, e no caso de aquela avaliação ter como resultado um valor muito elevado dos terrenos do Estado relativamente aos terrenos do Município, perguntou como pensava o Senhor Presidente da Câmara, depois, suprir essa diferença.-----

----- Quanto à segunda, e entendendo existirem terrenos, onde estão localizadas a escola básica e a escola secundária, que pertencem à REN e/ou à RAN, perguntou se o Senhor Presidente da Câmara teria alguma garantia, no caso de acontecer uma permuta, que esses terrenos possam vir a ser desbloqueados, dentro de um prazo razoável. Isso, por considerar que a Câmara, a ter interesse naqueles terrenos, não será para continuarem bloqueados na REN ou na RAN, concluiu.-----

----- Para dar resposta às questões levantadas pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por garantir que, se a Assembleia entendesse conceder-lhe o direito de proceder à negociação, o Presidente da Câmara, pelo respeito pelo Município, pela Assembleia Municipal, e pela própria Câmara Municipal, não assinaria qualquer documento sem ver definidas garantias para a Câmara Municipal de Anadia. Acrescentou, mesmo, que não era a Câmara a promotora da obra, mas o Estado, e o Estado, como era normal naquele tipo de situações, declarando o interesse público, libertaria tudo, não haveria problema algum.-----

----- No entanto, não deixou de esclarecer e chamar a atenção para o facto de a Câmara Municipal não estar em momento de despender dinheiro, mas também adiantou que o que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava para ser transaccionado, a acontecer, entre o Estado e a Câmara Municipal, seria menos do que aquilo que a Câmara daria, porque ambas as zonas estavam classificadas como zonas de equipamentos, pelo que, naturalmente, os valores em causa não teriam diferença de maior. Acrescentou, ainda, que a negociação não se esgotaria por aí e, por esse motivo, estava a solicitar aos Senhores Deputados para darem a possibilidade ao Presidente da Câmara de negociar, no sentido de tudo fazer para que o Município fique a ganhar, até porque ele tem outros trunfos para jogar para que efectivamente a escola aconteça.-----

----- Reforçou, entretanto, que o mais importante, no momento, era ter capacidade de negociação e, em sua opinião, a forma mais concreta e mais correcta era ser o Presidente da Câmara a poder fazê-lo, com todo o respeito que lhe mereciam outras entidades, como agentes imobiliários, e qualquer um dos Senhores Deputados. Mas, no entanto, chamou a atenção para o facto de que os "outros" não têm a obrigação de responder pelos seus actos como o Presidente da Câmara. E, portanto, embora assumindo toda essa responsabilidade, disse que a assumiria com gosto, e como uma forma de defender os interesses do Município.-----

----- A finalizar, e reconhecendo algumas dificuldades de garantia, voltou a reforçar que, precisamente por querer essa garantia, se tornava imperativa uma negociação muito séria e, nesse âmbito, acreditava que, no aspecto de localização, seria bom para a Câmara o que viria a receber em troca, mas também acreditava que, para efeito de localização de um estabelecimento escolar, que aquele local era o melhor e, portanto, eles também teriam de o pagar.-----

----- Para voltar a intervir relativamente ao ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- Relativamente à primeira questão, o Senhor Deputado disse que, tendo o Senhor Presidente emitido um parecer, e sendo a sua opinião, seria positivo que se confirmasse.-----

----- Entretanto, disse não ter dúvidas quanto ao facto de o Senhor Presidente da Câmara, em matéria de negociações, ser um elemento que defende bem os interesses, nem ser isso que estava em causa. E esclareceu que as questões que estava a tentar levantar era de boa fé e não pensando em conjecturas que não correspondem à realidade.-----

----- Relativamente à segunda questão, adiantou que a resposta não o tinha satisfeito inteiramente, até porque estavam em causa questões que eram sempre de muito melindre, como sendo as questões da REN e da RAN, aliás, à semelhança da questão do já conhecido PDM.-----

----- Por isso, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe concretizasse, ou que lhe dissesse, se efectivamente as entidades com quem tem negociado admitem, de facto, a possibilidade de desbloqueamento, de modo a que a Câmara possa, depois, vir fazer aquilo que for aprovado para aqueles terrenos. Assim, considerou tratar-se de um ponto que lhe parecia importante, porque não sendo desbloqueados aqueles terrenos, o seu valor seria um valor também residual.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder ao Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que já tinha iniciado a negociação e, portanto, disse ao Senhor Deputado para lhe permitir algumas reservas, por forma a não colocar todos os trunfos na mesa, porque teria de enfrentar a outra parte.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que em relação à autorização solicitado pelo Senhor Presidente para a permuta ou para a avaliação dos imóveis, não via grande problema. No entanto, referiu que a Excelentíssima Senhora Ministra da Educação, em resposta a umas perguntas que lhe foram feitas em Junho de dois mil e dez, declarou que a Autarquia tinha mostrado total disponibilidade para a cedência do terreno. O Senhor Deputado comentou, assim, alguma evolução que lhe parecia positiva, na medida em que já não estavam perante uma cedência gratuita.-----

----- Não obstante, e recorrendo ao documento em discussão, disse subsistirem-lhe algumas dúvidas quando é referenciado "(...) atribuindo-lhe poderes necessários para promover um estudo de avaliação dos citados imóveis com vista à celebração de um contrato de permuta entre os terrenos (...)". Nessa medida, referiu que terreno é só o da Câmara, porque os outros são terrenos com benfeitorias e, portanto, serão avaliados, independentemente do uso que lhe for dado. Assim, afirmou que o seu problema residia, precisamente, no facto de lá existir edificação, por fraca que seja, o que levaria o avaliador a efectuar a avaliação dessa edificação, podendo, portanto, a Câmara ficar numa posição de inferioridade.-----

----- Em relação à questão dos terrenos e PDM, confirmou não existir qualquer problema, na medida em que todos estão classificados em zona de equipamento.-----

----- Já por outro lado, reconheceu encontrar algum problema quanto ao facto de a Câmara Municipal ceder o direito de superfície antecipadamente, o que poderá, em sua opinião, contribuir para dar um "trunfo" aos promotores, podendo a Câmara, depois, vir a ficar só com o valor de terreno e nada mais. E, a acrescentar, o facto de os terrenos objecto da permuta proposta serem centrais (quer o terreno da Escola Básica quer o terreno da Escola Secundária).-----

----- O Senhor Deputado apresentou, ainda, uma outra questão, que disse parecer-lhe importante, mas que não deixou de adiantar que, provavelmente, o Senhor Presidente podia ainda não ter resposta para ela. Perguntou, assim, o que a Câmara Municipal pretende fazer ao edifício do antigo Colégio Nacional, se prevê a sua reabilitação, a sua demolição, ou o que está previsto para aquele edifício.-----

----- A finalizar, disse que lhe parecia intemporâneo a cedência imediata do direito de superfície, porquanto lhe dava a entender que iria diminuir o poder de negociação da Câmara. Mas, também adiantou que o Senhor Presidente da Câmara melhor o poderia dizer.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que percebia e considerava pertinente a pergunta do Senhor Deputado. Mas adiantou que, precisamente por a perceber, o assunto tinha de ser negociado com muita cautela.-----

----- Antecipou, também, que, inclusivamente, os empreiteiros já tinham contactado algumas pessoas da Câmara Municipal no sentido de tentarem obter informações sobre alguns procedimentos a seguir para dar início à obra, nomeadamente, quanto à localização das terras, ligação da água, entre outros.-----

----- Entretanto, esclareceu que o direito de superfície dá apenas direito a iniciar a construção, mas também não deixou de reforçar que, inclusivamente, os próprios fundos comunitários, a partir de uma certa altura, nem sequer funcionam e recordou, igualmente, do prazo definido na lei para os promotores cumprirem as suas obrigações.-----

----- Continuando, referiu que o problema reside um pouco na questão da utilização do espaço e dos ónus que efectivamente venham a recair sobre os terrenos cedidos, reforçando que por isso se impunha a negociação com o próprio Património, na medida em que, em termos de PDM, as coisas seriam mais fáceis.-----

----- Mais uma vez, então, apelou a alguma compreensão dos Senhores Deputados, relativamente a tudo o que estava em jogo. Assegurando que nada esconderia à Assembleia, solicitou, no entanto, aos Senhores Deputados para não lhe pedirem soluções, porque não seria bom para ele.-----

----- Relativamente ao destino a dar às construções existentes, nomeadamente o antigo Colégio Nacional, começou por referir que as negociações não estavam esgotadas e que o assunto, com tempo, seria discutido por todos. Não obstante, adiantou nada ter ainda definido para isso.-----

----- A terminar, destacou o facto de o momento ser de negociação, pelo que pediu algum entendimento no que toca a não revelar muitos pormenores da sua estratégia, assim como em não o questionarem muito sobre o que viria a seguir. No entanto, não deixou de referir que, sendo entendimento dos Senhores Deputados que ele teria essa capacidade, e que, realmente, estaria em boas mãos a possibilidade de negociação, lhe bastava a sua responsabilidade para já sentir o peso de tal tarefa.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais algum Senhor Deputado pretendia intervir no período de discussão do ponto dois da ordem do dia. Não tendo havido mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----

---- Finda a votação do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, um voto contra do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, do Grupo Municipal do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CDS-Partido Popular, e os votos favoráveis dos Senhores Deputados presentes do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do GM da CDU, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados Jorge Manuel da Silva Loureiro, do GM do PPD/PSD, Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal sobre a implantação/construção da futura Escola Básica e Secundária de Anadia.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- Entretanto, informou o Plenário de que tinha solicitado aos Senhores Líderes de Bancada presentes na sessão, autorização para submeter a votação um documento que lhe tinha sido remetido, através das várias organizações de Sindicatos do Professores, e que constava de um manifesto, o qual, e ao abrigo do Artigo 6.º, n.º 1, alínea h) do Regimento da Assembleia Municipal, passou a ler:-----

----- "A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em dois mil e onze, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de oitocentos e três milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.-----

----- Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros -, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos!-----

----- É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa."-----

----- Concluída a leitura do Manifesto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a pretensão dos seus subscritores era a de a Assembleia Municipal subscrever, ou não, o Manifesto.-----

----- Para uma intervenção sobre o Manifesto lançado pelas organizações de sindicatos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado interveio apenas para solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal a concessão de cinco minutos para o Grupo Municipal poder discutir o Manifesto entretanto apresentado, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de imediato, e depois de auscultar os restantes Grupos Municipais, assentido o pedido do Senhor Deputado Rui Marinha.-----

----- Retomada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação do Manifesto apresentado pelas organizações de sindicatos. Concluído o mesmo, anunciou que a Assembleia Municipal de Anadia deliberou subscrever o Manifesto lançado, intitulado "Investir na Educação Defender a Escola Pública", por maioria, com vinte e seis votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra.-----

----- Para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado concretizou, então, a declaração de voto, com o seguinte teor:-----

----- "O Grupo Municipal do PS considera que a educação é um investimento precioso, importante e estratégico. Qualquer investimento tem recursos afectos que têm que ser geridos também com lógicas de eficiência e de eficácia.-----

----- Por outro lado, nunca se investiu tanto em educação como nos últimos anos, prova disso é esta Assembleia Municipal que está aqui a decorrer hoje e o que está aqui a ser votado.-----

----- As entidades promotoras deste Manifesto defendem os seus associados, no entanto, têm todo o direito a manifestar-se desta forma. É por isso que nos abtemos."-----

----- Antes de dar por encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que, resultado de uma reunião havida entre a Mesa da Assembleia e os líderes dos Grupos Municipais, tinha sido entendimento que no ano em curso não iria existir a celebração oficial do dia vinte e cinco de Abril, por o mesmo coincide com a segunda-feira de Páscoa.-----

----- Informou, ainda, que tinha sido também entendimento da Mesa e dos líderes do Grupos Municipais que, apesar de não deverem misturar religião com política, o dia tem ainda grandes traços de popularidade no concelho e seria de alguma "violência" obrigar os Senhores Deputados a estarem presentes, assim como as entidades que habitualmente são convidadas.--

----- Contudo, informou que tinha ficado agendado que o vinte e cinco de Abril, obviamente, não iria ser esquecido e que seria dada continuidade à visita da Assembleia Municipal às escolas para explicar aos mais novos as várias opiniões que os partidos políticos têm sobre o vinte e cinco de Abril. Adiantou, ainda, que tinham falado na possibilidade de ser feito um desdobrável para ser enviado a todas as famílias sobre o vinte e cinco de Abril e que também tinha sido adiantada a hipótese de, em data posterior, vir a ser feito algum colóquio para assinalar o dia.--

----- A terminar, reforçou, então, que no ano em curso não seria celebrado, como de costume, o vinte e cinco de Abril, com a realização de uma sessão solene e comemorativa extraordinária.-

----- Prestada a informação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, deu também por encerrado o período de intervenção do público.-----

----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Segunda Secretária -

A Deputada Municipal -
